



DISPENSA Nº \_\_/2023

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93, visando à contratação de empresa para fornecimento de rádios comunicadores e fones de ouvido, atendendo as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas neste Termo de Referência.

1.2. As especificações e os quantitativos do objeto desta dispensa estão descritos conforme quadro abaixo:

Seq.	Código E-fisco	Quantidade	Unidade de medida	Descrição do item
1	485690-2	20	unidade	Rádio comunicador Faixa de frequência 462,56 – 467,58 Mhz, potência nominal 500 mW, Quantidade de canais: 16, Tempo de carga: 3,5 horas Duração da bateria: 12 Horas (80% Repouso / 20% Conversando), Tipo de Bateria: Lítio 1100 mAh, Fonte de alimentação Ent: 110-220Vac ~ 50/60Hz (automático) Saída: 5Vdc / 0,55A, Alcance Área Urbana -> 2KM, Peso (incluindo bateria) 580g, Dimensões A 21,5 x L 3,0 x P 5,4 cm, compatível com carregadores USB, compatível com fones de ouvido.
2	507586-6	10	unidade	Fone de ouvido com PPT - Diâmetro do alto-falante 15*6,2mm; Impedância do alto-falante 32R +/- 20% 1Khz; Nível de pressão sonora 120 +/-3dB; Potência nominal 100mW; Diâmetro do Microfone 6*3mm; Sensibilidade microfone -32 +/- 3dB @1khz; Temperatura de operação do fone -20°C à 60°C; Peso 35g

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1. DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

A contratação será formalizada por meio de dispensa de licitação, conforme permissivo legal contido no art. 24, inc. II da Lei Federal nº 8.666/93, que permite contratação direta que envolva valores inferiores a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), no caso de serviços em geral e compras.

Nesse sentido, uma vez que a contratação pretendida corresponde ao valor inferior ao referido na lei e a despesa não constitui fracionamento indevido, bem como o somatório das despesas realizadas com objetos idênticos ou de mesma natureza (do mesmo ramo de atividade), no mesmo exercício financeiro, por esta unidade gestora, não ultrapassa o limite estabelecido pelo art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, destaca-se o pleno atendimento dos requisitos legais.



## 2.2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Assessoria de Segurança Institucional da DPPE, com o fulcro de proporcionar maior efetividade à atividade de segurança, busca investir na aquisição de equipamentos específicos para que se proporcione maior segurança aos membros, servidores, terceirizados e público em geral.

Os rádios desempenham um papel fundamental na melhoria da segurança em diversas situações e ambientes. Eles oferecem uma comunicação instantânea e confiável, entre membros de uma equipe de segurança, o que é essencial para a coordenação de ações e a tomada de decisões eficazes. Aqui estão algumas das utilidades do rádio comunicador para auxiliar na segurança:

**Comunicação em Tempo Real:** Os rádios comunicadores permitem a comunicação em tempo real entre membros da equipe de segurança, o que é crucial em situações de emergência. A capacidade de transmitir informações imediatamente é vital para coordenar ações e garantir a segurança de pessoas e propriedades.

## 3. PRAZO E LOCAL DA ENTREGA

**3.1. PRAZO DE ENTREGA:** deverá ser de até 10 (dez) dias, a contar da solicitação do setor de Patrimônio da DPPE.

**3.2. LOCAL DA ENTREGA:** Central de Distribuição e Armazenamento da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco –, sito a Rua Itália, nº 1968, Galpão D, bairro: Imbiribeira, de segunda a sexta-feira, das 09h às 16h.

## 4. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

### 4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

4.1.1 Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

### 4.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

4.2.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

4.2.2 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal.

4.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da proponente. Considerando-se o proponente com filial no Estado de Pernambuco, deverá apresentar, também, a CRF de Pernambuco.

4.2.4 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.



4.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante.

#### 4.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

4.3.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante OU, no caso de empresas em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial competente que ateste que as empresas tenham tido o plano de recuperação concedido ou homologado em juízo.

#### 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1 Receber os equipamentos solicitados, emitindo Atestado de Recebimento na Nota/Fatura, quando for o caso;
- 5.2 Verificar a qualidade dos materiais em conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- 5.3 Verificar prazos de validade, quando for o caso;
- 5.4 Verificar condições de acondicionamento;
- 5.5 Contatar a CONTRATADA quando houver verificação de irregularidades posteriores à entrega, para promover a regularização;
- 5.6 Suspender a tramitação da liquidação da Nota Fiscal/Fatura quando não houver atendimento às solicitações de correções de irregularidades no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.7 Encarregar-se dos estágios das despesas oriundas do presente procedimento licitatório, quais sejam, empenhamento, liquidação e pagamento.
- 5.8 Comunicar, por escrito, à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do material;
- 5.9 Acompanhar e fiscalizar a execução do **CONTRATO**, por fiscal do contrato especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- 5.10 Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, conforme estabelecido;

#### 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação;
- 6.2 Assumir inteira responsabilidade pela execução do contrato;
- 6.3 Executar os serviços, nas quantidades e especificações contidas nas condições de execução previstas neste Termo de Referência;
- 6.4 Corrigir falhas que se apresentem em sua execução;
- 6.5 Designar preposto para representá-la perante a CONTRATANTE sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;
- 6.6 Informar previamente à CONTRATANTE, solicitando-lhe anuência, toda e qualquer alteração nas condições de execução;
- 6.7 Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE;
- 6.8 Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

3



- 6.9 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto, inclusive com pessoal, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 6.10 Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem à Contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, procedendo aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus e responsabilidades decorrentes;
- 6.11 Manter, durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;
- 6.12 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, ressalvadas as hipóteses de subcontratação, nos termos previstos no Termo de Referência.
- 6.13 Assumir todos os custos dos serviços que tiverem de ser refeitos em virtude de omissões ou atrasos de sua responsabilidade;
- 6.15 Entregam de materiais fornecidos devem ser acondicionados, obrigatoriamente, de forma adequada e resistente, quando for o caso;
- 6.16 Após o fornecimento, se verificadas irregularidades posteriores, o licitante vencedor deverá promover a regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da notificação, sob pena de suspensão na tramitação da liquidação da nota fiscal/fatura, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
- 6.17 O recebimento do objeto licitado será procedido, com observância a disposições acima descritas e com base no art. 73, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 6.18 Estar com o cadastro atualizado no Cadastro de Fornecedor - CADFOR do Estado de PE, sob pena de desclassificação.

## 7. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo órgão CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.
- 7.2 A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA se dará por meio de e-mail, sem prejuízo de outros meios disponíveis.
- 7.3 A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: Avenida Itália, 1968, Galpão D, Imbiribeira.

## 8. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

- 8.1 O empenhamento somente será efetuado, e consequentemente paga a despesa, na forma prevista neste termo de referência, se a CONTRATADA estiver inscrita no CADASTRO DE FORNECEDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – CADFOR.
- 8.2 O pagamento deverá ser efetuado à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias corridos, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens ou de recibo, conforme o caso, acompanhado da apresentação de Nota Fiscal / fatura discriminativa, devidamente atestada pelo servidor competente.

## 9. DAS SANÇÕES

- 9.1 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de



DEFENSORIA  
PÚBLICA DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO

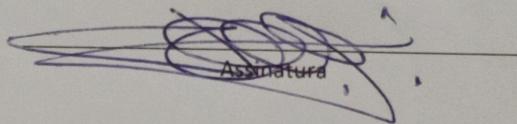
licitar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, a CONTRATANTE, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicará à empresa vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa, de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, a critério da Administração, levando-se em conta o prejuízo causado, devidamente fundamentado, devendo ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de sua aplicação.

9.3 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

Recife, 11 de outubro de 2023.

  
Assinatura